

PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

PRODUCTION OF SUBJECTIVITY IN CONTEMPORARY CAPITALISM

Lucas Fortunato¹

<https://orcid.org/0000-0002-5408-513X>

Alex Galeno²

<https://orcid.org/0000-0001-5103-0339>

Fagner França³

<https://orcid.org/0000-0003-2170-4288>

RESUMO

A crise que, desde a década de 1970, o capitalismo vem tentando contornar é, além das evidentes crises econômicas e políticas, a crise da subjetividade. Essa é sem dúvida uma problemática fundamental das atuais sociedades que precisa ser analisada e compreendida em toda sua extensão. Acompanhando o ritmo tecnológico, o capitalismo contemporâneo tornou-se, no decorrer dos anos, gradativamente maquinocêntrico. Cada vez mais, os sujeitos são inseridos em circuitos de homens e máquinas conjugados. Na concepção de Gilles Deleuze e Félix Guattari, as sociedades neoliberais, marcadas pelo modo de produção pós-fordista e por um sistema voltado para o consumo, desenvolveram um regime de produção de subjetividade maquínica. Em paralelo à sujeição social, montou-se um regime de servidão maquínica generalizado. Nas atuais sociedades ocidentais, as subjetividades são produzidas na convergência desses dois regimes. Porém, esse processo não ocorre sem resistências. Há que se considerar as subjetivações políticas, caracterizadas

¹ Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Sociólogo e Antropólogo de formação. Mestre em Filosofia e Doutor em Ciências Sociais. Autor do livro *Machinapolis e a Caosmologia do Ser* (EDUFRN, 2010). Pesquisador do Grupo de Estudos Transdisciplinares em Comunicação e Cultura - Marginália - UFRN. Atualmente, desenvolve pesquisas sobre antropotécnicas contemporâneas: arte, tecnologia e sociedade.

² Doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC – ; Pós-doutorado em Comunicação na Universidade de São Paulo. Atualmente é professor nas Pós-graduações de Ciências Sociais/PPGCS e de Estudos da Mídia/PPGEM da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, coordenador do PPGCS e membro do Grupo de Pesquisa Marginália.

³ Possui graduação em Comunicação Social (habilitação em Jornalismo) e mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Doutor em Ciências Sociais também pela UFRN, com estágio de um ano na Université Sorbonne Nouvelle Paris III. Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em jornalismo, editoração, produção de matérias e entrevistas. Interesses atuais: arte e sociedade, epistemologia da Comunicação e das Ciências Sociais, complexidade, Antonin Artaud, Gilles Deleuze, Edgar Morin.

pelas rupturas, criações e potências do desejo, que dinamizam micropolíticas irreduzíveis aos processos de dominação em vigor. Nesse ensaio, apresentamos algumas reflexões e problemáticas sobre essas questões, principalmente, à luz dos autores Gilles Deleuze, Félix Guattari e Maurizio Lazzarato.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Subjetividade Maquínica; Sujeição Social; Servidão Maquínica; Subjetivação Política.

ABSTRACT

The crisis that, since the 1970s, capitalism has been trying to overcome is, in addition to the obvious economic and political crises, the crisis of subjectivity. This is undoubtedly a fundamental problem of current societies that needs to be analyzed and understood in its entirety. Keeping up with the technological pace, contemporary capitalism has become, over the years, gradually machinocentric. Increasingly, subjects are inserted in circuits of men and machines combined. In the conception of Gilles Deleuze and Félix Guattari, neoliberal societies, marked by the post-Fordist mode of production and a system geared towards consumption, developed a production regime of machinic subjectivity. In parallel to social subjection, a generalized machinic servitude regime was set up. In current Western societies, subjectivities are produced in the convergence of these two regimes. However, this process does not occur without resistance. It is necessary to consider the political subjectivations, characterized by the ruptures, creations and potencies of desire, which dynamize micropolitics that are irreducible to the current domination processes. In this essay, we present some reflections on these issues, mainly in the light of Gilles Deleuze, Félix Guattari and Maurizio Lazzarato.

Keywords: Neoliberalism; Machinic Subjectivity; Social Subjection; Machinic Servitude; Political Subjectivation.

O postulado segundo o qual o capitalismo, para ampliar seu poder econômico e político, só se desenvolve levando os agrupamentos humanos a situações limites, ainda que isso implique na morte de povos inteiros, foi demonstrado historicamente, e não é menos correto que, hoje em dia, essa tendência inscrita no âmago do sistema nos coloca a questão do colapso global, cada vez mais evidenciado pelas irrupções políticas, pelas crises econômicas, pelo contínuo extermínio de culturas e pelos sinais do esgotamento ecológico. Diante de acontecimentos tão marcantes, é de surpreender que as pessoas não se rebellem, “não contra o mecanismo construído para tornar a vida mais segura e benigna, para atenuar a crueldade da natureza, mas contra a máquina que sobrepujou o mecanismo: a máquina política, a máquina dos grandes negócios, a máquina cultural e educacional

que fundiu benesses e maldições num todo racional”, em suma, “contra a máquina mais brutal e destruidora de todos os tempos” (MARCUSE, 2009, p. 17), a megamáquina de guerra planetária que envolveu a Terra e engrenou a humanidade em seus circuitos para reproduzir um estilo de vida insustentável e degradante. Se bem que, com suspicácia, uma análise mais profunda pode demonstrar que a máquina social só funciona com a adesão das subjetividades aos modelos de vida produzidos para elas pelos mais sofisticados dispositivos de poder, que de um lado lhes assujeitam, e de outro lhes recompensam com cifras e consumo, uma infinidade de mercadorias fetichizadas oferecidas no mercado globalizado, enquanto no seu interior e fora dele milhões de seres vivos sofrem os efeitos nefastos do mesmo sistema que não respeita a natureza nem a vida humana.

O projeto central da política do capitalismo contemporâneo consiste na articulação de fluxos econômicos, tecnológicos e sociais com a produção de subjetividade. Não há como o capitalismo se sustentar sem uma economia subjetiva correspondente à economia política. Afinal, como manter as classes, os grupos, os indivíduos, na cifra dos milhões, conformados a um modelo econômico que lhes reduzem a seres endividados? (LAZZARATO, 2017). Esse fenômeno crítico enfrentado pelo neoliberalismo nada mais é do que a atualização de uma problemática política antiga, que acompanha a modernização do ocidente, de fundar uma sociedade conforme aos imperativos governamentais e que, em outros momentos históricos, tentou-se resolver por via das artes de bem governar (Maquiavel), pelo modelo absolutista (Hobbes), ou mais recentemente, na modernidade, por meio da formação dos indivíduos por aparelhos disciplinares e da modulação das massas por biopolíticas (como demonstrado por FOUCAULT, 2015, p. 407ss).

Resultado de tudo isso, a crise que o capitalismo vem tentando contornar desde a década de 1970 é, além das evidentes crises econômicas e políticas, a crise da subjetividade. Essa é sem dúvida uma problemática fundamental das atuais sociedades que precisa ser analisada e compreendida em toda sua extensão. Aliás, desde o século XIX que os pensadores críticos se debruçam sobre a questão de saber como e por que as pessoas se submetem aos ditames políticos e econômicos sem inflamar a revolta que lançaria pelos ares as ilusões sociais e as amarras jurídicas, ideológicas e materiais que as mantêm reféns da própria realidade assim reificada. Karl Marx (2002) já havia tentado apreender intelectualmente essa questão do ponto de vista de uma antropologia filosófica que concerne ao homem genérico com a noção de alienação. O ser, submetido a poderes exteriores, é tomado em processos que separam o sujeito das condições de sua própria reprodução material enquanto ser vivo e, em consequência, se vê separado do que pode, tanto no campo econômico quanto social e político. Por meio dessa separação material fundante, o homem é constrangido a integrar-se ao mecanismo social que o domina para explorar, dessa forma, o seu meio de sobrevivência. Assim, o sujeito interioriza o poder e passa a viver na alienação resultante do mesmo processo. Essa compreensão depois foi retomada por Jean-Paul Sartre (2002) na sua *Crítica da Razão Dialética*, quando começa a tentar entender o processo de alienação ou sujeição a que se submetem desde então milhões de seres humanos sob a égide das sociedades industriais modernas. A partir de sua leitura

de Marx, Sartre analisa os procedimentos que permitem ao sistema econômico funcionar reproduzindo a alienação em série.

Para compreender o capitalismo na sua especificidade, é importante situá-lo no curso da história universal, pois assim se tornam mais evidentes suas características face a todas as formas sociais anteriores. Para tanto, retomemos em linhas gerais a perspectiva de Gilles Deleuze e Félix Guattari (2004a) apresentada no livro *O Anti-Édipo: Capitalismo e Esquizofrenia*. Nessa obra, os autores afirmam que toda sociedade precisa vincular as subjetividades ao modo de viver que lhe é característico, investindo diretamente na codificação do desejo, de outra forma o sistema corre sério risco de sucumbir à sua própria insuficiência em fazer valer o seu poder legitimador na esfera cultural e subjetiva, devido à incompatibilidade ou contradição que se estabelece entre a produção social e o desejo, ou ainda, devido à disparidade insustentável entre as exigências externas e os anseios internos. No *socius* primitivo, a subjetividade é imediatamente coletiva e o desejo codificado pelos investimentos sociais e políticos da sociedade, realizados por meio de rituais, costumes, práticas e valores que impregnam o desejo e formam a consciência dos sujeitos. O corpo da sociedade adquire assim consistência e tende a repetir o processo segundo o modelo que Durkheim estudou como solidariedade mecânica.

Nas sociedades despóticas e imperiais, por sua vez, o desejo, a consciência e por extensão a subjetividade primitiva das comunidades submetidas ao poder do Estado passam pelo processo da sobrecodificação, que submete os *socius* selvagens ou primitivos ao desejo do soberano, do déspota, recalando assim os sujeitos, gerando assim ora revolta, desejo de vingança, ressentimento, ora adoecimento e subjetivação negativa, repressora. Por fim, no esquema de Deleuze e Guattari a máquina capitalista civilizada opera de uma forma inteiramente diferente. Enquanto os *socius* antigos faziam de tudo para codificar o desejo com maior ou menor satisfação instintual, o capitalismo descodifica o desejo, dessocializa os corpos e privatiza os órgãos, operações desencadeadas pela própria inserção dos sujeitos no novo modo de produção desvinculado do corpo da Terra e conectado aos ritmos do capital e da indústria. É de conhecimento notório o caráter destruidor das indústrias com relação aos modos de produção tradicionais e seus códigos. Onde quer que a máquina capitalista se instale, fatalmente, por força da competição desleal, ocorre a pulverização dos códigos culturais então existentes e, em compensação, o sujeito é tomado como abstração corporificada especificamente útil para a produção econômica. Nesse processo investigado por Marx, as comunidades camponesas são gradativamente privadas da terra e são tomadas como massas a serem agenciadas pelas indústrias capitalistas como força de trabalho. Essas massas que encarnam a força de trabalho vivo sofrem os efeitos da desterritorialização que o capitalismo empreende e o resultado é a formação das classes proletárias, desprovidas de meios de produção.

De acordo com Maurizio Lazzarato (2014), a servidão maquínica produzida no interior do capitalismo requer, para poder funcionar, um complemento, que é executado pela sujeição social. Afinal, é preciso que os sujeitos sejam submetidos a procedimentos psicológicos que os façam interiorizar as ordens, os discursos, os valores, os papéis e as

funções sociais de modo a admitirem existir na alienação promovida pelo sistema. Assim, a operação se completa e o ciclo do capital pode se perpetuar.

Contudo, esse processo não se dá sem resistências, e apesar das incessantes lutas de classes, greves, revoluções, conflitos, crises e mortes decorrentes de insurgências e intentonas, no século XX, o capitalismo se desenvolveu com as condições de inovação oferecidas pela tecnociência. Os novos modos produtivos se sofisticaram com os meios de transporte e as mídias de massa, conformando verdadeiras indústrias socioculturais dinâmicas que operam em vários níveis ao mesmo tempo em sua escalada mundial. A produção tecnológica de novos aparatos e dispositivos maquínicos, desencadeada no mesmo período, resultou em uma profunda reconfiguração das sociedades ditas avançadas, pois a própria vida humana tornou-se gradativamente maquinocêntrica, isto é, submergida em uma produção marcada por inumeráveis máquinas técnicas, cujos efeitos se fazem sentir nas mais simples ações cotidianas, de tal modo que as subjetividades, tomadas nesses processos, tornaram-se o foco de ação daquilo que podemos denominar anti-práxis maquínica. Os sujeitos, tomados no interior das redes sociotécnicas, convertem-se em componentes de uma série de circuitos de homens-máquinas interconectados. Disso resulta uma “subjetividade maquínica” (GUATTARI *apud* PARENTE, 2011) que, no âmbito psicológico, para funcionar, forja sua identidade como restos do processo de produção. Isso ocorre pois, a um determinado grau de reificação, a dominação material se faz tão imperativa que, na realidade, o desejo e a consciência, assim como acontece com a identidade e os papéis sociais, tudo é infletido como efeito de poder, e o sujeito se constitui como restos ou resíduos do processo produtivo da sujeição social no qual está implicado.

Atualmente, os processos que tentam viabilizar os modelos de subjetividades conformados ao sistema valem-se de todo tipo de maquinismos, os quais ultrapassam os limites propriamente tecnológicos e mesmo institucionais, pois são compostos de máquinas semióticas, estéticas, produtivas, subjetivas, midiáticas, culturais etc., que atravessam o corpo social de uma ponta à outra. O fato de a vida ter se tornado maquinocêntrica exprime a objetivação de meios tecnológicos que ampliam os efeitos sociais, econômicos e políticos que produzidos socialmente. Tudo considerado, o capitalismo decorre da mobilização dos poderes do maquinismo, das comunicações, da ciência e do social. Portanto, nada mais é que “um agenciamento de agenciamentos ou processos (a empresa, o social, o cultural, o tecnológico, o político, o gênero, as comunicações, a ciência, o consumo), articulados uns aos outros” (LAZZARATO, 2014, p. 45).

A noção de máquina, central nas análises de Guattari e depois retomada por Deleuze, não se refere simplesmente a um instrumento de que o homem dispõe para seu uso. Essa concepção utilitária e instrumental é tipicamente antropológica e não dá conta dos processos moleculares no interior dos quais, o que denominamos humanos, eles mesmos, são tomados como peças de máquinas, que podem ser sociais, políticas, econômicas, artísticas, cósmicas etc. Como diz Lazzarato (2014):

para entender o conceito de ‘máquina’ devemos abandonar as oposições sujeito/objeto, natureza/cultura, pois é apenas desconsiderando a máquina que é possível separá-la da ‘natureza humana’.

A máquina faz parte da essência do homem. Não se trata de um subconjunto da técnica; em vez de ser uma ramificação da técnica, a máquina é seu pré-requisito (LAZZARATO, 2014, p. 72).

As relações homens-máquinas são sempre da ordem de um acoplamento, de uma conexão ou captura no interior de um agenciamento, no qual não há qualquer restrição quanto aos elementos que formam a multiplicidade funcional. É forçoso, portanto, ir além da noção puramente antropológica da máquina segundo o modelo sujeito-objeto. Guattari não opõe homem e máquina, pois no plano dos agenciamentos, o homem se conecta a máquinas como peça delas, ou então compõe peça com outra coisa, seja ferramenta, animal ou homens, para constituir uma máquina. Em suma, “o conceito de máquina *stricto sensu* deve, portanto, ser expandido para o todo funcional que o conecta não apenas com o homem, mas também com a multiplicidade de outros elementos materiais, semióticos, incorpóreos etc.” (LAZZARATO, 2014, p. 73).

Deleuze e Guattari (2004a) afirmam que a vida foi de tal modo tomada nos processos maquínicos que se tornou dependente da máquina capitalista enquanto corpo pleno do *socius*, o que significa tão somente que a vida se tornou, no atual nível de dominação a que estamos submetidos, uma variável derivada de quantidades abstratas. Isso ocorre porque o dinheiro e o lucro tratam a subjetividade na sua qualidade diagramática, ou seja, como simples coisa a ser agenciada entre outros objetos parciais (naturais, artificiais, técnicos etc.) e é por meio de sujeições que as mesmas subjetividades são retomadas em papéis e funções (pai, mãe, profissional, burocrata, empresário etc.) nas quais o indivíduo se aliena para sobreviver.

Devido à lógica automática da acumulação de valor, instalada e reproduzida nos mais diversificados sistemas, o capitalismo tem investido, para além da esfera político-econômica, nos modos de produção da subjetividade, com o objetivo de, por meio deles, fabricar e engatar os indivíduos no campo do trabalho e do consumo. Isso se faz de uma forma tão sofisticada que os investimentos capitalistas atravessam o sujeito com seus fluxos para intervir sobre as dimensões pré-pessoais, ou seja, “por dentro” do sujeito, o que só se faz apelando para a modelização do desejo.

Há muito se sabe que existem maneiras de se instaurar conexões com algo dos sujeitos que não passa pelo crivo da consciência e pela capacidade esclarecida de escolha e decisão. Por isso, o investimento sobre o desejo é produzido de modo a comunicar diretamente com o inconsciente (por meio de semiologias mistas, significantes e a-significantes, imagens, signos de poder etc.). Uma vez fabricado o desejo, a consciência e o eu, são trabalhados por instâncias mais profundas e passam a agir em função dele. Assim também, os investimentos direcionados à fabricação e captura do desejo instauram tecnologias de poder que trabalham as instâncias suprapessoais, obtendo acesso, dessa forma, à dimensão do desejo “por fora” do sujeito, e é por intermédio de fluxos os mais variados que o desejo é engrenado e fizado pelo inconsciente maquínico (LAZZARATO, 2014). O resultado é a conexão do desejo aos fluxos produtivos e aos circuitos do consumo de imagens, bens, serviços, entretenimentos etc., de tal modo que, para satisfazer tal desejo o sujeito submeta-se de uma forma ou de outra ao trabalho, aos imperativos do mercado

e assim por diante. Em resumo, interessa na subjetividade produzir, fabricar e engajar o desejo no campo do consumo e do trabalho. A servidão maquínica opera todo o processo descrito aqui para assumir o controle do sujeito por dentro e por fora. O desejo é considerado importante, pois é melhor fisgar os sujeitos no que lhes motiva a fazer o necessário para a reprodução ampliada do sistema, do que, pelo contrário, impor leis, regras e atitudes exigidas sem o engajamento voluntário. Caso a operação de modular o desejo pelas indústrias socioculturais dinâmicas não obtiver êxito entre as massas, o sistema corre o sério risco de ter que lidar com os efeitos imprevistos da revolta social.

Na perspectiva de Deleuze e Guattari (2002), o capitalismo opera com dois dispositivos indispensáveis que concorrem para a alienação da subjetividade: a sujeição social e a servidão maquínica. Nas palavras dos autores:

Há servidão quando os próprios homens são peças constituintes de uma máquina, que eles compõem entre si e com outras coisas (animais, ferramentas), sob o controle e a direção de uma unidade superior. Mas há sujeição quando a unidade superior constitui o homem que se reporta a um objeto tornado exterior, seja esse objeto um animal, uma ferramenta ou mesmo uma máquina: o homem, então, não é mais componente da máquina, mas trabalhador, usuário..., ele é submetido *à* máquina, e não submetido *pela* máquina (DELEUZE; GUATTARI, 2002, p. 156).

Por si mesmos, o poder econômico e político não são nada sem as técnicas de sujeição social e servidão maquínica, que, apesar de serem diferentes e se realizarem de maneiras distintas, na realidade combinam-se e se complementam para atuarem sobre os sujeitos. No nível de complexidade encontrado nas sociedades atuais, a produção da subjetividade ocorre no ponto de interseção desses dois processos que interatuam sobre os sujeitos para constituí-los enquanto produtos de tecnologias de poder as mais sutis, astutas e complexas.

Esquemáticamente, a sujeição social opera segundo a lógica das identidades, pois é referida, primeiro, à formação do “eu” personológico, à noção de “pessoa” que diz “eu sou isso e assim”. Cabe às técnicas de sujeição atribuir o lugar do sujeito no campo da produção, na divisão social do trabalho (como trabalhador ou patrão), e suas funções econômicas, políticas, institucionais, estatais, familiares etc. Por meio da sujeição social, formam-se, ainda, os papéis a serem incorporados pelos indivíduos assim gerados, tais como os diversos padrões de comportamento reificados de uma forma ou de outra pelos efeitos de poder provenientes das linguagens significantes incorporadas pela consciência. Como diz Lazzarato (2014):

O poder econômico e político são inconcebíveis sem a produção de sujeições e significações que determinem a posição que cada pessoa deve ocupar (você é um homem, você é uma mulher, você é um trabalhador, você é um patrão etc.), a maneira de se comportar, a função a preencher (você tem que produzir para si mesmo, para a sua família, para o Estado etc.), a maneira de pensar e de se expressar (LAZZARATO, 2014, p. 107-108).

Assim, as exigências e os imperativos do poder adquirem tal pregnância que, “se você não pensa e não age da maneira que o Estado quer e como o mercado exige, seus pensamentos e comportamentos devem se adaptar; tornarem-se compatíveis com essas significações” (Id., *ibidem*). Por meio de uma socialização reificadora, a sociedade consegue reproduzir o assujeitamento do ser às significações que tendem a codificar a consciência e o comportamento por meio da representação e de outras formas significantes como a moral (processo que, nas palavras de Artaud, adquire os caracteres de uma espécie de “magia cívica” que a sociedade inventa para dominar o corpo livre). Em outras palavras, a sujeição serve para formular uma subjetivação modular e controlar os desajustes que o capital impõe com a servidão maquínica no lugar dos códigos culturais então esfacelados e destruídos.

A servidão maquínica, por sua vez, não se refere ao indivíduo formado pelo significante das identidades; relaciona-se com o *dividuum*, ou seja, com aquilo que pode ser decomposto no sujeito, certas características do corpo, da mente e da ação. A servidão à máquina social opera mais profundamente no campo molecular, segundo uma lógica proeminentemente fragmentária e fractal, portanto, maquínica no sentido excepcional do conceito. Enquanto a sujeição opera no campo molar das identidades, dos papéis, das classes definidas, as tecnologias de servidão tomam os sujeitos em agenciamentos que não dependem da consciência que eles possuem de si e do mundo. Na realidade, as conexões maquínicas ultrapassam essa dimensão e atuam de forma parcelar e fragmentária nas instâncias infra e suprapessoal, como por exemplo nos campos perceptivos (visão, audição, tato, olfato, paladar), nos aparelhos sensórios-motores (estados de prontidão, força muscular, destreza, reações físicas protocolares, etc.), em certas disposições fisiológicas, bem como no que o corpo, considerado feixe de forças, qualidades, competências e perícias pode engatar com os agenciamentos, ou seja, no que ele tem de útil e funcional para os circuitos – a despeito, portanto, do eu personológico e das identidades que constituem a dimensão trabalhada pelas técnicas da sujeição. Portanto, a conexão dos maquinismos com o sujeito se dá de forma parcelar e envolve no mesmo agenciamento uma multiplicidade de subjetividades e protosubjetividades humanas e não humanas, naturais e artificiais, códigos significantes e a-significantes.

Se tomamos como exemplo um professor no contexto atual, vamos perceber que ele adentra um agenciamento escola para executar programas estabelecidos nas ementas e nos planos de ensino, conforme o projeto político pedagógico da instituição, cujos temas e assuntos já estão definidos de antemão, de modo que lhe cabe tão somente operar subjetividades parciais dotadas de determinadas competências, tais como oratória, domínio de conteúdo, expressão adequada aos alunos etc., características que funcionam como requisitos para que a peça “professor” possa funcionar na máquina escola, independentemente do que a pessoa que desempenha essa função acredite que seja, sua identidade (prova disso é que a “peça” pode ser substituída).

A servidão maquínica, além de operar com subjetividades parciais e não identitárias, apropria-se de estados de consciência não reflexiva em agenciamentos que, embora

necessitem de consciência para funcionar, dispensam as qualidades “humanas” do pensamento propriamente dito. O que interessa é algo da ordem de uma consciência meramente reflexa, engatada nos componentes maquínicos aos quais está subordinada como uma protosubjetividade da coisa. Isso se dá porque a servidão maquínica privilegia, em geral, códigos a-significantes denominados diagramáticos, que, enquanto tais, não significam nada, pois são, na realidade, meramente operativos e funcionais, isto é, nada mais são do que linguagens algorítmicas puramente funcionais e operativas do ponto de vista do agenciamento maquínico, e se atualizam segundo o modelo identificado pela ciência cibernética do *input-output*, comando-resposta. Assim, a servidão maquínica captura, dos corpos, sistemas perceptivos fraturados para a pura funcionalidade, como no caso do vigilante noturno, que compõe o agenciamento maquínico do monitoramento remoto no interior de uma sala, em frente a telas; sua visão faz parte do circuito maquínico como um de seus componentes (o olho biológico, capaz de ver, conectado ao sistema de câmeras artificiais por meio da tela); ou então no caso de uma atendente de serviços telefônicos, nos quais cabe ao operador de telemarketing compor sua capacidade de falar e articular discursos de acordo com um programa preestabelecido como componente da máquina da qual faz parte como agente atualizador de algoritmos em atos discursivos.

No atual nível de desenvolvimento do capitalismo neoliberal, o modelo de subjetividade produzida para incentivar a perpetuação do sistema e tentar contornar a crise é o modelo “do it yourself” (faça você mesmo). Trata-se de um novo tipo de subjetividade que deve operar segundo o modelo do “sujeito empreendedor”, do “eu empresário” circunscrito no interior das possibilidades dadas pelas técnicas de poder capitalista (sujeição e servidão). Esse modelo está em consonância com o sistema que toma o indivíduo como sujeito devedor, desde o seu nascimento até a morte. É preciso pagar para comer, para morar, trabalhar, e diante de uma situação crítica como a que milhões em todo o mundo vivenciam, fica a impressão de que, por trás desse modelo estandardizado do “eu empresário”, ressoa o eterno grito de guerra “salve-se quem puder!”.

Contraditoriamente, esse modelo exigido dos sujeitos, ao invés de liberdade autêntica, requer atitudes que reforçam uma dependência ainda maior das instituições e dos imperativos do mercado, bem como propicia, nos casos que surtem efeitos nas empresas ou nos próprios negócios, a consecução de um superego despótico instalado no centro nevrálgico do ser como um sofisticado “drone” psíquico que opera de acordo com os imperativos sociais. O indivíduo interioriza as exigências institucionais (empresariais, estatais, mercadológicas ou administrativas segundo o modelo da eficácia e funcionalidade totais) de modo a que o corpo e a mente, inteiramente adaptados, coloquem-se plenamente à disposição das técnicas de poder propagadas pelo ideal de livre concorrência, e assim, passem a funcionar sozinhos a partir de uma autovigilância voluntária. Tal é o modelo de subjetividade investida pelo atual *boom* liberal nas atuais sociedades ocidentais.

Não bastasse as mutações resultantes de processos multifários presentes no *socius* contemporâneo, o capitalismo, para se sustentar, tenta se impor por modos de subjetivação que se fazem sentir negativamente. Precarização do trabalho, programas econômicos de

austeridade, privatização dos serviços públicos, endividamento, entre outras tendências, impõem-se aos sujeitos, que são forçados a interiorizar os efeitos subjetivos das mudanças externas, econômicas, políticas, sociais. Sofrimento, revolta, ressentimento, exaustão física e psíquica são alguns dos sintomas gerados. Como a crise não se resolve, novos dispositivos autoritários estão se intensificando face ao impasse, ao mesmo tempo que a subjetivação promovida pelo capitalismo mundial integrado tende a se tornar negativa, repressiva e regressiva (LAZZARATO, 2014). O que ajuda a explicar a relação do liberalismo econômico com regimes políticos de tendências autoritárias.

A tendência de incorporar as novas subjetividades no sistema como exotismo liberal faz parte dos mecanismos de captura do capitalismo pós-fordista, no qual até as esquerdas e os críticos são integrados como forma de neutralizar os efeitos perturbadores dos dissidentes, recalcitrantes e revolucionários. Com características próprias, o poderio alcançado pelo capitalismo tende a ultrapassar todas as fronteiras, atinge um nível de abrangência virtualmente global e impõe, ao mesmo tempo, os modos de sobreviver em conformidade com as condutas requeridas pelo sistema. O mundo, os ideais, os delírios da consciência, os desejos e seus objetos, assim também como a própria natureza, praticamente tudo é produzido à imagem e semelhança do capital. A situação é tal que, não raro, o capitalismo força a instauração de necropolíticas (MBEMBE, 2018), como nos casos de políticas de extermínio direto e indireto, os etnocídios financiados por indústrias bélicas e referendadas por Estados, que agenciam, em paralelo à biopolítica, a vida e a morte sem quaisquer considerações éticas ou humanitárias. A extensão desse poder se apresenta em sua terrível face quando mesmo o que é considerado possível e impossível resulta convergente com a perpetuação do capital: “não há saída!”. A dominação neoliberal do espectro político total corresponde à ideologia de que “não há alternativa” e confere às tentativas de se pensar um outro mundo uma atitude nula e uma esperança vã.

No entanto, apesar da propagação tardia da fórmula do eu-empresário se difundir em países como o Brasil, percebe-se que, atualmente, esse modelo não se sustenta, primeiro porque é impraticável para a totalidade das pessoas, e talvez, nem mesmo o sistema suporte, dados os desequilíbrios instaurados transversalmente nas esferas políticas, culturais e subjetivas pela dinâmica que as megacorporações e as movimentações financeiras dos bancos intercontinentais têm imposto ao conjunto das sociedades. O pior de tudo é que, se esse ideal fosse empregado com eficácia pelas massas segundo os métodos, valores e critérios meramente capitalistas, quem não suportaria seria a própria natureza, pois segundo os dados têm demonstrado, o estilo de vida incorporado nas sociedades mais desenvolvidas, como nos Estados Unidos, é insustentável do ponto de vista ecológico (LASZLO, 2011). De modo que o ideal da subjetividade neoliberal que se imagina como a consumação da riqueza e do sucesso resulta para a grande massa como corolário, no plano político e social, da proposição filosófica “o homem é o lobo do homem”, o que sem dúvida gera um ambiente instável semelhante a um estado de guerra de todos contra todos, no qual cada um só depende de si mesmo para viver, resistir ou morrer lutando.

Por outra parte, apesar de todos os processos de dominação e controle, o mesmo capitalismo que tenta recalcar as subjetividades no interior do universo de possibilidades que ele instaura como limite para poder funcionar, produz as condições de sua própria ruína, pois o desejo, liberado, pode ressurgir também como revolta incontível, quando emergem possibilidades revolucionárias no curso das crises históricas. É o que se tem visto durante toda a história do capitalismo com os movimentos operários, sindicatos, associações revolucionárias, com as vanguardas artísticas – no pós-guerra, com a efervescência cultural dos *beatniks*, o movimento situacionista e os Provos, o Maio de 68, os hippies, os punks e, mais recentemente, as incontáveis células de resistência aos processos avassaladores que tentam a todo custo submeter o que é vivo à esfera do que é preestabelecido no império planetário.

Tamanha é a potência da vida, ao eclodir como força revolucionária no tecido micro-físico das atuais sociedades, que, a todo custo, o capitalismo, seus operadores e aparatos, são conclamados a impor um arranjo reacionário que faz com que ressurjam fascismos, arcaísmos, machismos, os mais diversos preconceitos como que para cindir os agrupamentos para digladiarem entre si e se esquecerem do que é comum e das causas que poderiam uni-los. Ressurge nesse contexto a crueldade vil que se lança contra o próprio homem, o nihilismo da pura destruição, e quando novas formas de subjetivação se multiplicam e adquirem consistência em potências contestatórias, para evitar as revoluções moleculares são fabricados nichos para minorias e grupelhos capturados no interior do sistema. Cooptação, integração e corrupção são algumas das táticas há muito empregadas para neutralizar as forças contrárias.

Dada a recorrência das crises capitalistas atestadas no tempo presente, fica assim comprovada a disparidade entre a produção econômica e a produção das subjetividades, que já não correspondem ao todo do processo. Por isso mesmo, quanto mais o capitalismo falha em gerar as subjetividades conforme suas necessidades, tanto mais ele investe em armas, sistemas de segurança, violência organizada e poder de destruição em massa, seja com sangue derramado, seja com bombas informáticas. Tanto pior agora, que o capitalismo mundial integrado adquire dimensões sistêmicas de contornos planetários (GUATTARI, 1987). A multiplicidade de culturas ameaçadas ainda hoje revela o lado perverso do sistema, que há séculos trucidava sociedades e povos nos quatro cantos da Terra. Chegamos ao ponto em que um só abalo econômico em dado país pode produzir efeitos em cadeia capazes de levar um povo inteiro à decadência, como se forças diabólicas liberadas nas crises financeiras convertessem fórmulas matemáticas no apocalipse de milhões de seres.

Assim, quando o processo de engatar as subjetividades ao espetáculo integral falha em capturar o desejo e as subjetividades, ou quando algo escapa aos dispositivos produtores da sujeição e, por algum motivo nem sempre explicado, a vontade coletiva irrompe como força revolucionária, então, para evitar e conter essas possibilidades, os aparelhos repressivos mantêm-se alertas e a postos, prontos para o desenlace das armas. Sempre que o Estado julga necessário restabelecer a ordem, a máquina de guerra estatal, civil e militar, é

requisitada conforme os planos de intervenção sobre os corpos rebelados. Para isso, desde a modernidade, os Estados se valem da violência organizada com o objetivo de tentar conter as irrupções bárbaras, as insurgências, as revoltas, ou ainda, a potência revolucionária que emerge das entranhas do corpo social, quais forças ingovernáveis em levante.

Para desespero das elites e de quem se beneficia com esse tipo de sistema, o ambiente caótico gerado pelas crises retomadas em novos patamares de acumulação nunca está sob estrito controle, e mesmo os mais tirânicos processos de dominação não são infalíveis. Assim como o sistema pode gerar desordem destruidora, as forças da vida podem se apropriar das potências do caos para lançá-las contra o sistema, como forças revolucionárias que trazem um novo mundo em si. Além do mais, a história tem vários exemplos de que a potência vital sempre excede os poderes instituídos, e quando a revolta mesma se faz corpo livre, uma mistura de desilusão e esperança cega irrompe aos gritos entre aqueles que nasceram para vencer ou morrer lutando por suas vidas.

De tudo isso, resulta uma questão fundamental do ponto de vista político e existencial em relação à dominação: o que é necessário fazer para inflecti-la, subvertê-la, neutralizá-la ou superá-la?

Ao analisar os processos de produção de subjetividades em que se evidenciam as integrações e as dissidências do desejo relativamente ao campo social e político, Guattari notou a existência de dois tipos de grupos. Do ponto de vista micropolítico existem os “grupos sujeitados” (que incorporam os enunciados dados no campo social e nutrem um desejo reificado) e os “grupos sujeitos” (que, pelo contrário, se constituem como agentes ativos de sua própria enunciação e subordinam o campo social ao desejo, afirmando assim sua singularidade) (GUATTARI, 1987, p. 92; ver também, DELEUZE; GUATTARI, 2004a, p. 292). Isso significa que os processos de subjetivação, apesar de tudo, jamais são inteiramente capturados e há sempre algo irreduzível às sujeições e servidões. A produção das subjetividades é atravessada por processos dissidentes, críticos, por dinâmicas mutantes, rupturas produtivas e efeitos imprevistos. Mais do que isso, o aspecto criativo proveniente do desejo tem primazia sobre a máquina social na produção da realidade (GUATTARI, 1987, 2006). O neoliberalismo enfrenta dificuldades devido a isso, ou seja, não ao que escapa, mas ao que emerge da dimensão desejança da vida social em seu próprio seio.

A noção de produção de subjetividade, ou melhor, de processos de subjetivação, provém das pesquisas de Guattari no âmbito de experiências “psi” mas que não se limitam aos aportes psicanalíticos. O autor propõe pensar uma subjetividade aberta e processual que se produz no entrecruzamento de vários regimes, semióticos, imagéticos, sensíveis, existenciais, maquínicos, cósmicos etc. No seu paradigma estético, não há qualquer predominância que se possa afirmar de antemão de um regime sobre outro. A subjetividade é plural e polifônica, “não conhece nenhuma instância dominante de determinação que guie as outras instâncias segundo uma causalidade unívoca” (GUATTARI, 2006, p. 11ss). A dimensão discursiva, durante muito tempo considerada determinante, como o modelo estruturalista ou a linguística dão a entender, entretém relações plurívocas e heterogêneas com a dimensão não discursiva. E entre uma e outra, ou atravessada por ambas,

encontra-se um elemento existencial inapreensível que, em determinadas situações, uma vez ativado, duplica as relações de poder e de saber a fim de desafiá-las. Uma força de autoafecção, autoafirmação e autoposicionamento capaz de se desvencilhar das determinações a que até então se encontrava submetida. É nesse confronto entre um tipo de saber com outro, entre os poderes e outras forças, que se estabelece as condições de uma subjetivação política capaz de subverter os modelos então hegemônicos.

Por subjetivação política, deve-se entender toda e qualquer subjetivação que acarreta algum tipo de mutação existencial, que opera sobre o elemento existencial do sujeito repercutindo sobre sua forma de ser, sentir, pensar e agir no mundo. Processo em suma que implica uma reconversão da subjetividade que afeta assim a existência. Trata-se, portanto, de um processo de modificação ocasionado pela eclosão de forças irreduzíveis à linguagem, ao discurso dos saberes e aos efeitos de poder, e que corresponde à emergência de focos existenciais outros, autoposicionados. Aqui reside o a matéria plástica ou caosmológica da qual provém isso que se pode chamar indeterminação irreduzível do existencial vivido. A ativação dessa matéria plástica fornece as condições para os processos de subjetivação política propriamente dita que propicia alterações, rupturas e mutações existenciais. Para que possa ocorrer, a subjetivação política deve necessariamente atravessar esses momentos nos quais as significações dominantes são suspensas. Lazzarato (2014) comenta a respeito:

Aqui, não são as subjetividades imaculadas e virginais que aparecem, mas, sim, os pontos focais, as emergências, os começos de subjetivação cuja atualização e proliferação dependem do processo construtivo que deve articular a relação entre “produção” e “subjetivação” de uma nova maneira (LAZZARATO, 2014, p. 22).

Guattari, que acompanhou com interesse a história da arte contemporânea, reconhece a importância que a criação estética desempenha na produção de subjetividades: “É evidente que a arte não detém o monopólio da criação, mas ela leva ao ponto extremo uma capacidade de invenção de coordenadas mutantes, de engendramento de qualidades de ser inéditas, jamais vistas, jamais pensadas” (GUATTARI, 2006, p. 135). Exemplos não faltam, resistências micropolíticas se multiplicam desde, ao menos, a década de 1960 como a contracultura, os novos movimentos sociais, os praticantes de ativismo, mídia tática, *social practices*, teatro, performances, entre outras manifestações contemporâneas, nas ruas e no ciberespaço, que veiculam signos, símbolos e imagéticas, discursos e práticas que, combinados, dinamizam a vida política e cultural.

Mas como nem sempre se trata de tomar as instituições por alvo, nem de confrontá-las diretamente, as micropolíticas se interpõem na produção das subjetividades. Por serem criativas, as micropolíticas diversificam os agenciamentos, multiplicam as táticas de ação (instituintes e destituintes) e exprimem desejos que não respondem a um sujeito fixo, nem são simplesmente formas multiplicadas de criticar a representação. Elas procedem diretamente sobre os modos de subjetivação, ora desafiando os modelos

hegemônicos, ora produzindo seus próprios meios. Essa é a linha de frente da potência desejante encarnada nas resistências culturais. Interessam, sobretudo, as ideias, as crenças e as opiniões, assim como a sensibilidade, as socialidades, as formas de se relacionar com o mundo, com a natureza e a vida, em suma, seus modos de ser. Os movimentos contraculturais do século XX, os grupos de afinidade que tomaram as ruas nos dias de Ação Global nos anos 2000, a Primavera Árabe, o *Occupy Wall Street*, as Jornadas de Junho, em 2013 no Brasil, entre outros levantes dos anos recentes, assumiram o protagonismo político em situações específicas, atuando por dentro, na cultura, como para dissolver e destituir as formas padronizadas de subjetivação em suas criações existenciais, vitalistas, moleculares (DELEUZE; GUATTARI, 2004b).

O protagonismo das micropolíticas na cena internacional contemporânea expõe por si só um sintoma, uma fragilidade da subjetivação proposta pelo neoliberalismo. Lacuna que revela também uma dimensão aberta, passível de ser ativada e que tem sido criativamente explorada pelas mais variadas micropolíticas quando elas se propõem a inventar seus próprios meios de subjetivação. Por isso não é de surpreender que nos países capitalistas mais proeminentes a resistência cultural seja tão atuante.

A interpretação contrária é mais otimista e coerente em termos teóricos com a abordagem que Deleuze e Guattari emprestam a suas análises micropolíticas. A fragilidade, a ineficiência e a incapacidade do neoliberalismo em dar um arremate à crise na produção da subjetividade podem ser interpretadas como efeitos das inúmeras iniciativas, por vezes improvisadas, das pessoas e dos agrupamentos em se reinventarem às expensas dos padrões oferecidos pelo mercado. Uma virada na produção das subjetividades talvez esteja em vias de acontecer. Pode-se inclusive trabalhar para sua precipitação.

REFERÊNCIAS

- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. Lisboa: Assírio & Alvim, 2004a.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**, v. 3. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2004b.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**, v. 5. São Paulo: Ed. 34, 2002.
- FORTUNATO, Lucas; GONÇALVES FILHO, Edson; LORETO, Lisandro. **Machinapolis e a Caosmologia do Ser**. Natal: EDUFRN, 2010.
- FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- GUATTARI, Félix. **Caosmose: um novo paradigma estético**. São Paulo: Ed. 34, 2006.
- GUATTARI, Félix. Da produção de subjetividade. *In*: PARENTE, André. **Imagem-Máquina: a era das tecnologias do virtual**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2011.
- GUATTARI, Félix. **Revolução Molecular: Pulsações Políticas do Desejo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- LASZLO, Ervin. **O ponto do caos: contagem regressiva para evitar o colapso global e promover a renovação do mundo**. São Paulo: Cultrix, 2011.
- LAZZARATO, Maurizio. **O governo do homem endividado**. São Paulo: N-1 Edições, 2017.
- LAZZARATO, Maurizio. **Signos, máquinas, subjetividades**. São Paulo: Edições Sesc Edições N-1, 2014.
- MARCUSE, Herbert. **Eros e Civilização**. Rio de Janeiro: LCT, 2009.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.
- SARTRE, Jean-Paul. **Crítica da razão dialética**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.